

URBANIZAÇÃO E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: EVIDÊNCIAS E HIPÓTESES A PARTIR DE CAMPO GRANDE (MS)

Autor: Juliana Luquez

Filiação institucional: UFMG | Escola de Arquitetura

E-mail: julianaluquez@ufmg.br

(ATENÇÃO: Não identifique-se na primeira submissão)

RESUMO: O trabalho discute os processos socioespaciais na realização da urbanização em Mato Grosso do Sul, apresentando evidências e hipóteses sobre o desenvolvimento do urbano a partir de Campo Grande; e, como desdobramento, reconhece a potência da abordagem interseccional na combinação de tríades analíticas que possam ampliar as possibilidades interpretativas sobre o movimento da produção do espaço urbano na capital sul-mato-grossense. A leitura do espaço urbano de Campo Grande apresenta processos socioespaciais estruturalmente complexos, destacando a periferização, a espoliação e a segregação como relevantes para a análise e a discussão da problemática urbana na contemporaneidade.

Palavras-chave: urbanização, espaços fronteiricos, periferização, espoliação, segregação.

GT – 01: Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas

INTRODUÇÃO

Os **objetivos** desse trabalho são, primeiramente, discutir processos socioespaciais na realização da urbanização em Mato Grosso do Sul, apresentando evidências e hipóteses sobre o desenvolvimento do urbano a partir de Campo Grande; e, como desdobramento, reconhecer a potência da abordagem interseccional na combinação de tríades analíticas que possam ampliar as possibilidades interpretativas sobre o movimento da produção do espaço urbano na capital sul-mato-grossense.

Dessa forma, a questão para a qual busco resposta é a seguinte: como a intersecção de processos socioespaciais pode contribuir para a compreensão da produção do espaço, uma vez que é reveladora das contradições transcendentais não resolvidas, apenas deslocadas, no movimento de realização das formações sociais capitalistas, especialmente no que se refere à realidade urbana? O caminho metodológico percorrido baseou-se em **(I) levantamento bibliográfico** que pautou a reflexão teórica sobre a urbanização e, sobretudo, o desenvolvimento do urbano em Mato Grosso do Sul, a partir de Campo Grande; **(II) levantamento documental conjuntural** que possibilitou a discussão dos processos socioespaciais no curso da realização da urbanização em Mato Grosso do Sul na

contemporaneidade, embasando evidências e apontando para formulação de hipóteses sobre o desenvolvimento do urbano a partir de Campo Grande; **(III) circunscrição de um referencial territorial orientado** a fim de reconhecer a potência da construção de uma análise socioespacial com ênfase na abordagem interseccional e na composição de tríades como possibilidade interpretativa do movimento da produção do espaço urbano.

O raciocínio que desenvolvi conclui que a leitura do espaço urbano de Campo Grande apresenta processos socioespaciais estruturalmente complexos, destacando a periferização, a espoliação e a segregação como relevantes para a análise e a discussão da problemática urbana na capital sul-mato-grossense.

ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAMPO GRANDE

No século XIX, nas margens dos córregos Prosa e Segredo, que formam o rio Anhanduí, este servindo de rota fluvial para o trânsito das bandeiras paulistas na região, funda-se o povoado de Campo Grande. Dentre os personagens desse processo de ocupação e uso do território, destacam-se nome e sobrenome: José Antônio Pereira (OLIVEIRA NETO e MARTINS JÚNIOR, 2020). Este personagem é, em si e na história, o resultado do discurso que justifica as estratégias coloniais de dominação e anulação de grupos e povos originários anteriormente empossados. Uma premissa da qual parto é a de que ter dado identidade ao fundador de um povoado moderno contribuiu para invisibilizar a presença e ocupação já realizada por diversas etnias indígenas em áreas de Cerrado e Pantanal e a formação socioterritorial de comunidades negras remanescente das primeiras penetrações portuguesas na região.

Quando falo de povoado moderno refiro-me à dominação de um grupo hegemônico sob os pilares da apropriação, expropriação e privatização do território enquanto base material fundamental para a reprodução das relações sociais. A colonização europeia praticou esse povoamento nas Américas e este seguiu como lastro de uso e ocupação modernos da terra. A história oficial atribui à José Antônio Pereira a orientação, a demarcação e a sistematização da ocupação das terras na confluência dos córregos Prosa e Segredo que, de povoado, passaria à vila até ser elevada à cidade, em 26 de agosto de 1899. Ao nome e ao sobrenome, deu-se a honraria de desbravador; aos povos nativos e tradicionais, pouca ou nenhuma chance de conduzir sua territorialidade.

A localização de Campo Grande passou a atender os objetivos econômicos e estratégicos de grupos empresariais – aqueles da ordem, do progresso, da propriedade. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), uma companhia ferroviária brasileira que, no século XX, operava ligando o interior do estado de São Paulo a Corumbá, fronteira com a Bolívia, escolheu Campo Grande para sediar uma Diretoria Regional destinada ao atendimento do Sul de Mato Grosso (OLIVEIRA NETO e MARTINS JÚNIOR, 2020). A estrada de ferro favoreceu o apogeu de um eixo de comunicação que conectava as terras da faixa de fronteira com o epicentro econômico brasileiro, redefinindo o arranjo regional de Cuiabá-Corumbá, através do rio Paraguai, para Campo Grande-São Paulo, através da ferrovia.

Em 1977, pela força da Lei Complementar nº 31, criou-se o estado de Mato Grosso do Sul e elevou-se a cidade de Campo Grande à condição de capital. Como capital de uma unidade federativa de um Estado moderno, o urbano em Campo Grande negou o rural sem nunca se desvincular dele, porque a urbanização só foi possível devido sua intensa articulação com os interesses de modernização do campo.

As relações econômicas que permitiram a urbanização capitalista na periferia do mundo e as contradições latentes entre o “atrasado e o moderno” explicam também a urbanização nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil e nos espaços nacionais transfronteiriços. Essa urbanização pode ser tomada como a realização material de novas relações sociais de produção, aquelas que vão ampliar as condições para o desenvolvimento econômico capitalista no contexto da *fronteirização* do espaço brasileiro, ou seja, a ampliação dos negócios nacionais e globais, a abertura de áreas produtivas, a incorporação de altas tecnologias aos complexos produtivos e o constante movimento de expropriação/apropriação de terras, que a partir dos anos 1960, vão redefinir as determinações à realização da cidade e do urbano. Entre rebanhos e grãos uma realidade urbana em Campo Grande se constitui sob o discurso da modernidade que opera a possibilidade de expansão de novas fronteiras para reprodução do capital (Figura 1).

Figura 1 – Às margens da BR-262, em primeiro plano, fazenda de gado no município de Campo Grande. Em segundo plano, vista parcial da área urbana (2020). Chama-se a atenção, a partir desse quadro da realidade urbana de Campo Grande, para a configuração espacial da cidade e os conteúdos do fenômeno urbano como possibilidade de ampliação das fronteiras de reprodução do capital: a forma urbana como materialidade das relações sociais de produção e a ‘fronteirização’ das estruturas produtivas.



Crédito: autora.

Campo Grande, de povoado a capital, encontrou em seu processo de estruturação, que coincide com o processo de modernização das estruturas produtivas no oeste brasileiro, a lógica da produção do espaço sob o discurso da modernidade. A forma urbana possível em Campo Grande, embora vinculada a um contexto específico do desenvolvimento econômico brasileiro, também reproduziu as contradições de todo o processo histórico de ocupação do território. A capital do estado que apresenta o segundo maior crescimento de produção de grãos (CONAB, 2020) e o quinto maior rebanho bovino do país (CAMPO GRANDE NEWS, 09/08/2021) figura com algum destaque o *ranking* das Cidades Inteligentes no Brasil, produzido pelo *Urban Systems*, que na edição de 2020, no eixo *urbanismo*, deu-lhe a 9ª posição e destaque ao investimento “de R\$356/habitante, aumento de 28% em relação ao anterior” (RANKING CONNECTED SMART CITIES, 2020, p. 40).

Proponho, nas próximas seções, uma aproximação de alguns fatos contemporâneos que evidenciam as contradições na configuração espacial de Campo Grande e a apresentação de hipóteses sobre o processo de urbanização em Mato Grosso do Sul que me levaram à proposição de um método analítico para a interpretação da produção do espaço com ênfase nesta espacialidade.

A REALIDADE URBANA E O URBANO POSSÍVEL: HIPÓTESES E EVIDÊNCIAS QUE FUNDAMENTAM A ANÁLISE DE UMA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Segundo Lefebvre (2008, p. 26), “o urbano é o possível, definido por uma direção, [e para atingi-lo], isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível”. O desenvolvimento do urbano, tanto na expansão da fronteira agropecuária quanto na faixa de fronteira transnacional, demanda a produção de uma

espacialidade do possível. O processo de urbanização ativa e opera as condições para que essa materialidade rompa os obstáculos. A cidade, então, emerge como condição, meio e produto dos arranjos socioespaciais e uma forma urbana se produz a partir dessa combinação (CARLOS, 2011).

É fato que a urbanização capturada pela industrialização substitutiva de importações que, entre as décadas de 1930 e 1970, estruturou e reestruturou o espaço brasileiro, ativou, esgotou e superou processos que imprimiram ritmos e dinâmicas distintas ao território, consolidou-se como referencial interpretativo para a complexa urbanização brasileira. Aqui, entretanto, refiro-me a uma urbanização não linear, aquela que não se compreende traçando uma linha do tempo da instalação de fábricas, ampliação de bairros operários, esgarçamento do tecido urbano, fechamento das fábricas, perda de postos de trabalho pela reestruturação produtiva, reabsorção parcial da mão de obra pelo terciário, desarticulação dos movimentos populares (nas fábricas e nos bairros), consolidação das metrópoles como centralidades nacionais, ampliação das desigualdades e a crise urbana como normalidade do cotidiano. Proponho a compreensão de uma urbanização que se apreende na linha argumentativa de Santos (2020), com base em identidades, trajetórias e sentidos de cidade – não como um esforço de refutar a compreensão da realidade urbana que avançou de leste a oeste do território brasileiro, mas uma tentativa de compreender a urbanização enquanto processo incompleto e simultâneo em sua realização, com capilaridade e escala específicas, no tempo e no espaço.

Falo de uma modalidade de urbanização anterior à industrialização dos espaços fronteiriços enquanto se realiza na simultaneidade deste processo em curso, complexificando a unidade do real, por meio das categorias forma, função e estrutura. As formas se materializam pelas relações concretas entre os indivíduos e por isso se expressam nas relações sociais, atreladas ao cotidiano que orienta as funções dentro de uma estrutura organizada social e espacialmente. Com base no quadro apresentado por Gomes e Calixto (2015), que consideram a estrutura urbana de Mato Grosso do Sul hierarquizada e fortemente concentrada em quatro centros regionais (Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas), estando na capital a maior e absoluta concentração de atividades urbanas, proponho uma caracterização da urbanização de Mato Grosso do Sul pela:

- forma dispersa que organiza a rede urbana em torno de Campo Grande com alguma complementariedade de centros regionais distantes centenas de quilômetros da capital (Exemplo: Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Corumbá);

- função de tornar o urbano possível como capilaridade, garantindo a concentração da terra, a propriedade e o poder;
- estrutura agroexportadora com ênfase em *commodities*, erguendo e conformando as relações sociais de produção no movimento de realização da sociedade. A sociedade sul-mato-grossense produz o espaço urbano por meio de relações sociais que se estruturam e se reestruturam negando sua urbanização completa sem impedir o urbano como possibilidade.

Campo Grande concentra 906.092 habitantes, o que equivale a 32,36% da população total do estado de Mato Grosso do Sul¹. Das capitais e maiores cidades do Centro-Oeste, Campo Grande é a terceira maior aglomeração urbana, mas sem dinâmica territorial metropolitana ou urbano-regional, como em Brasília, Goiânia e Cuiabá. Embora verifique-se na literatura alguma tentativa de amplificar a categorização de influência de Campo Grande (OLIVEIRA NETO e MARTINS JÚNIOR, 2020), esta é classificada como Capital Regional (IBGE/REGIC, 2018).

O fato urbano em Mato Grosso do Sul não produziu uma forma urbana complexa, a exemplo da metropolização regional (LEOPOLDO, 2020); embora os conteúdos da metrópole sejam verificáveis em termos materiais e imateriais. A dispersão do fato urbano não impede a formação de redes e eixos de interação, integração, dependência e complementariedade. Entretanto, estes operam em uma dinâmica entre as lógicas da fronteira e da metropolização. Moura (2019) fornece alguns subsídios interpretativos ao sugerir que os arranjos territoriais fronteiros são compostos de fragmentos do processo de metropolização em curso, pois caracterizam-se pela:

diversidade de fluxos de pessoas (legais, clandestinas, indocumentadas) e mercadorias (lícitas, ilícitas), que os transformam em centros de abastecimento do mercado informal e do trabalho precarizados urbano, como também do crime organizado. Distantes geograficamente da metrópole, carentes de infraestrutura de comunicação, de serviços e equipamentos urbanos, o cotidiano desses arranjos vive a presença metropolitana na intensificação dos movimentos e conexões (MOURA, 2019, p. 3).

Campo Grande não é um arranjo fronteiro por definição, mas integra uma rede urbana de intensa conexão de fronteiras – tanto nacionais e soberanas, como de frente de expansão das dinâmicas do capitalismo histórico e periférico. Ao mesmo tempo, insere-se no eixo de conexão com espaços metropolitanos complexos com potencial de captura dos processos de globalização, neoliberalização e financeirização que operam na reestruturação do espaço no atual momento de transformação do capitalismo. Nesse sentido, uma hipótese promissora é a

¹ IBGE, estimativa 2020.

de que Campo Grande é expressão das dinâmicas territoriais do urbano não pela sua dimensão morfológica, mas pela sua função na esteira do possível: se o capital, na atual fase do capitalismo periférico, tem no urbano sua condição de reprodução, é dedutível que tenha meios de estruturar e reestruturar a produção do espaço, garantindo o movimento, a simultaneidade e as contradições de sua realização. E é nesse ensejo que ampliarei a análise com base em referências sobre o processo de urbanização no Brasil e algumas evidências sobre a configuração espacial da cidade e do urbano em Campo Grande.

Nos anos 1990, quando escreve o clássico *A urbanização brasileira*, Santos (2009 [1993]), ao descrever e analisar a urbanização no Centro-Oeste, apresenta algumas impressões e conclusões.

O Centro-Oeste (e, mesmo a Amazônia), apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pode, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento. [...] Por exemplo, no caso das áreas “vazias” cuja incorporação à materialidade moderna é mais recente, não há como confundir situações como a do Mato Grosso do Sul com a que se verifica na Amazônia. Nesta, a colonização é mais descontínua, e mobiliza relativamente menos capitais e mais trabalho, enquanto no Mato Grosso do Sul a densidade maior da ocupação é acompanhada de maior densidade capitalística e técnica. Isso ajudaria a explicar o maior desenvolvimento urbano no Mato Grosso do Sul [...] onde, também, a presença de uma classe média urbana é mais notável (SANTOS, 2009 [1993], p. 68-70).

Proponho repensar, a partir de Campo Grande, alguns aspectos das citações acima. Quais sejam: I. uma modalidade de urbanização à serviço de uma economia moderna e de inovação no campo e II. um desenvolvimento urbano atrelado a uma classe abastada e privilegiada. Para discutir esses dois aspectos, recorrerei a Santoro (2014).

A urbanização moderna que sugere Santos (2009 [1993]), considerando que não há uma transição das áreas rurais para urbanas e sim uma abrupta implantação de equipamentos e lógicas urbanas na porção territorial do Centro-Oeste brasileiro, o faz inferir que um único sentido de cidade era viável na construção do projeto do Brasil urbano: a cidade totalmente a serviço de uma economia moderna, e essa cidade caracterizar-se-ia pela intensidade de resposta à demanda de solo construído. Na segunda parte de suas conclusões, Santos (2009 [1993]) infere que a cidade da urbanização moderna se ergue sob os pilares dos privilégios e exigências

de uma classe capaz de adensar capital e técnica no território. Creio que o autor esteja se referindo, por exemplo, aos militares e demais servidores públicos, médios e grandes empresários com destaque na atuação privada da economia política do processo de urbanização – em sua maioria homens brancos e imigrantes – responsáveis pelo “legado da modernidade” e por imprimir ritmo à ocupação da “terra virgem”.

Embora Santos (2009 [1993]) me provoque a endossar a modalidade de urbanização moderna como explicativa à realidade urbana de Mato Grosso do Sul, é no trabalho bem mais recente de Santoro (2014), na perspectiva da urbanização sob demanda ou incompleta, que proponho avançar, examinando as possibilidades do urbano e a realização da cidade de Campo Grande. Para tanto, apresento considerações a partir de dois bairros descontínuos no limite do perímetro urbano de Campo Grande, a Vila Nasser e o Jardim Noroeste, bairros localizados no limite do perímetro urbano de Campo Grande ².

Santoro (2014), para quem a expansão do tecido urbano é um processo recorrente, afirma que “quando necessário, deve ser planejado para que aconteça sem prejuízos urbano-ambientais e sociais, distribuindo de forma justa os ônus e benefícios da urbanização e evitando processos especulativos [...]” (SANTORO, 2014, p. 170). A autora constrói uma periodização que contextualiza as motivações e as normatizações que impulsionaram o movimento de expansão urbana no território brasileiro, com grande impacto na escala do ordenamento municipal, e reflete sobre as morfologias e tipologias da urbanização enquanto fenômeno social e projeto de Estado. A continuidade socioespacial que se verifica na análise de Santoro é a persistência da urbanização incompleta ou aquela que se produz sob demanda a partir dos acordos e interesses dos atores sociais.

Nas palavras da autora:

A urbanização incompleta, talvez não de forma consciente inicialmente, configurou-se como estratégia de se urbanizar progressivamente as áreas de expansão urbana, mantendo necessidades urbanas que vinham a ser obtidas, paulatinamente, a partir da relação de favores entre grupos de moradores e poder local. A estratégia de se fazer “por partes” ou “aos poucos” mostrou-se interessante em termos dos ganhos políticos e da manutenção do clientelismo urbano (SANTORO, 2014, p. 173).

² Devido a abordagem ensaística deste trabalho, a escolha dos bairros justifica-se mais pelos critérios qualitativo e iconográfico na apresentação das evidências possível a partir de percursos de campo e levantamento documental remoto.

Do Estado Novo aos governos militares, da redemocratização à promulgação do Estatuto da Cidade, a *fronteirização* da urbanização brasileira foi marcada pelo incentivo à ampliação do solo criado, tensionando o ordenamento da expansão urbana entre a política econômica e os serviços urbanos (especialmente habitacional e transporte), transformando a condição periférica em política urbana. Na análise de Santoro (2014), a dinâmica de urbanização incompleta (aquela que resulta da diferença entre a completude de infraestrutura e de equipamentos e serviços e as construções que a cidade - ou pedaços dela - pode suportar) é atingida, a partir do Estatuto da Cidade (2001), por um importante mecanismo de planejamento da expansão urbana com vista a permitir a redistribuição da valorização da terra: a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)³.

Mais de meio século do projeto em curso do Brasil urbano e duas décadas depois do seu maior marco regulatório democrático, o Estatuto das Cidades, as cidades brasileiras (litorâneas, interioranas, fronteiriças) ainda apresentam, simultaneamente: bairros bem estruturados, nos quais é possível desfrutar o bônus da urbanização; bairros populares, nos quais os cidadãos ficam com o ônus da urbanização incompleta e na esteira do processo de valorização da terra que pode expulsar ou segregar; bairros periféricos, nos quais a urbanização sob demanda estica até o limite as possibilidades do urbano e as perversidades do cotidiano.

Voltemos aos bairros Vila Nasser e Jardim Noroeste. A Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), órgão de administração e gestão da Prefeitura de Campo Grande, divide a área urbana do município em 7 regiões: Centro, Bandeira, Anhaduizinho, Lagoa, Imbirussu, Segredo e Prosa. O bairro Vila Nasser fica na região Segredo, o bairro Jardim Noroeste na região Prosa. Segundo dados da PLANURB, entre os anos de 2017 e 2019, a prefeitura de Campo Grande realizou na região do Segredo 115.546 metros de pavimentação ou recapeamento em via públicas contra 30.140 metros do mesmo serviço na região do Centro, segunda colocada no mesmo indicador de obras e serviços. Para a região do Prosa não há esta informação disponível, mas a de que foram realizados 121.788 m² de revestimentos primários e reconformação de vias não pavimentadas, figurando essa região urbana em segundo lugar para este indicador de urbanização. Esses dados evidenciam que os

³ Uma vez estabelecido o coeficiente de aproveitamento básico para toda a cidade ou para áreas urbanas específicas, a OODC, como instrumento urbanístico, deve normatizar o direito de construir em propriedade urbana, cabendo ao beneficiário uma contrapartida paga ao poder público municipal pela adicional ao coeficiente de aproveitamento máximo.

serviços urbanos ali realizados corroboram com a formação de demanda de urbanização, uma vez que sinalizam eixos de ocupação de áreas urbanas periféricas. A urbanização sob demanda fragmenta o território na medida que agudiza as dimensões da desigualdade e os níveis de segregação.

O Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana (PDTMU) e o Perfil Socioeconômico de Campo Grande lançados, respectivamente, em 2015 e 2020, apontam que, justamente, os bairros Vila Nasser e Jardim Noroeste são, em cada uma de suas regiões administrativas, áreas de verificável e potencial crescimento populacional. É provável que esse crescimento esteja atrelado ao padrão periférico de urbanização incompleta ou sob demanda, onde predominam casas de autoconstrução inacabadas, barracos e acampamentos urbanos improvisados, loteamentos recentes com ausência ou rarefeita infraestrutura de serviços urbanos, predomínio de grandes distâncias percorridas, terrenos vazios configurando nexos especulativos ou aonde são acomodados grupos populares beneficiados por programas habitacionais vinculados à remoção de favelas.

Este último aspecto é um item urgente na discussão da problemática urbana de Campo Grande. Não poderei esgotar esse tema, mas é preciso mencionar que através do *Programa Ação Casa Pronta*⁴, órgãos oficiais incentivam e viabilizam a autoconstrução em loteamentos populares e periféricos no bairro Vila Nasser, no já conhecido movimento de expulsão dos pobres para áreas periféricas, (re)alocando-os nas bordas da cidade e favorecendo o processo de valorização de terras, conforme noticiado pela mídia regional: “*Na favela que mudou para meio do nada, morador se sente esquecido*” (CAMPO GRANDE NEWS, 26/12/2016).

Evidências de que a configuração espacial de Campo Grande possui elementos de continuidade histórica que podem estar diretamente associados à lógica da urbanização sob demanda na produção do espaço estão sinalizadas em Batistoti e Latosinski (2019). As autoras colocam em perspectiva as aldeias indígenas urbanas em Campo Grande e o caso da Comunidade Indígena Estrela do Amanhã, assentada no bairro Jardim Noroeste e em busca de legitimação cidadã e regularização da ocupação junto aos órgãos públicos estadual e municipal. Manchetes de mídia local e regional veicularam sobre esta ocupação, entre 2016 e 2019, fatos

⁴ Programa da Prefeitura de Campo Grande, realizado por meio da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Amhasf), em parceria com a Fundação Social do Trabalho (Funsat) e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

como: “*Há seis anos à espera de moradia, índios vivem em ‘favela-aldeia’ na Capital*” (MIDIAMAX, 18/12/2016).

As evidências trazidas e as hipóteses até aqui ensaiadas apontam para a discussão de que a leitura do espaço urbano de Campo Grande apresenta processos socioespaciais estruturalmente complexos, destacando a periferação, a espoliação e a segregação como relevantes para a análise e a discussão da problemática urbana na capital sul-mato-grossense.

Campo Grande apresenta maior densidade e crescimento populacional em bairros e regiões urbanas em que há predomínio de urbanização horizontal e menor densidade e estabilização de ganho populacional em bairros e regiões urbanas em que se verifica a verticalização e a compactação do tecido urbano cumprindo um importante papel no aproveitamento do bônus do processo de urbanização já consolidado (AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO/PLANURB, 2020). Nesse sentido, esse esgarçamento do tecido urbano na forma de políticas habitacionais e de assentamento de famílias em situação de vulnerabilidade social na cidade, bem como os lançamentos imobiliários em áreas bem estruturadas e acessíveis às classes abastadas, ao mesmo tempo que fragmentam e hierarquizam a cidade, intensificam a homogeneização do uso e da ocupação de determinadas áreas por grupos com perfil socioeconômico privilegiado (seja pelas condições de acesso à propriedade, ao financiamento ou à manutenção de fixação arrendada, seja pelo monitoramento remoto do padrão de consumo dos cidadãos com vista ao atendimento e à promoção de serviços urbanos cada vez mais especializados e privativos – este último item, potencialmente, é o que contribui para elevar Campo Grande no *ranking* das cidades inteligentes).

Desde março de 2020, as mídias de circulação local e regional também noticiam que “*Audiência discute projeto para aplicar outorga do direito de construir*” (CAMPO GRANDE NEWS, 28/06/2020). A partir do trabalho de Santoro (2014), é possível reconhecer na iniciativa da Câmara Municipal de Campo Grande de pautar a implementação e a normatização da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) um avanço real, mas não sem impasses e limites. Ora, se este instrumento urbanístico proposto no Estatuto da Cidade para o ordenamento urbano busca corrigir distorções dos ônus e bônus da urbanização, o que pode intrigar? Justamente as evidências do movimento de (re)alocação e/ou expulsão de grupos historicamente periféricos na realização da cidade, o aprofundamento da condição periférica

por espoliação e a segregação como configuração socioespacial da realidade urbana. Se a aplicação da OODC visa constranger a especulação da valorização da terra, o movimento simultâneo de *homogeneização-fragmentação-hierarquização* tende a produzir obstáculos ao propósito do instrumento urbanístico antes mesmo de sua implementação.

O ônus da urbanização que contribui para continuidade e intensificação de processos socioespaciais - como a periferização, a espoliação e a segregação - pode ser amenizado e, a longo prazo, dissolvido se o desenvolvimento urbano estiver engajado em uma lógica distributiva, redistributiva e inclusiva, não apenas institucional e normativa. Entretanto, o impasse mora justamente nesse limiar. Tais processos não só caracterizam a história da urbanização no Brasil, desde o projeto do Brasil urbano com base na expansão industrial, como também nos singulares conteúdos da urbanização que inauguram frentes de expansão do fenômeno urbano como possibilidade de reprodução sem necessariamente constranger antigas estruturas, impondo limites às expectativas e tendências conforme interesses e articulações dos agentes sociais hegemônicos.

A partir do exposto até aqui, uma outra hipótese que apresento é: se a unidade café-indústria produziu e condicionou uma rede complexa de cidades no período de transição das relações capitalista no Brasil, na atual dinâmica econômica global, a pecuária e a produção de grãos produzem e condicionam, simultaneamente a outras configurações espaciais possíveis, a complexidade de uma rede urbana pouco dinâmica, porém potencialmente reestruturante no que se refere à homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço social e reproduz a continuidade perversa da periferização, espoliação e segregação de sujeitos na história e de seus lugares na cidade. É neste último aspecto que proponho lançar luz e reconhecer, no âmbito da análise espacial, a potência da abordagem interseccional e a combinação de tríades para ampliar as possibilidades interpretativas sobre a cidade e o urbano a partir de Campo Grande.

TRÍADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPO GRANDE: PERIFERIZAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E SEGREGAÇÃO

O propósito desta seção é contribuir para uma discussão acerca do potencial interpretativo da produção do espaço considerando o movimento de realização da cidade e do urbano revelado pela combinação de tríades de processos simultâneos e sobrepostos, tais como: *releição-periurbanização-gentrificação* (DONZELOT, 2004), *raça-classe-gentrificação*

(SILVÉRIO, 2018), *segregação-desigualdade-dominância* (VILLAÇA, 2011), dentre outras possíveis combinações.

Para esta etapa da análise espacial proponho a tríade *periferização-espoliação-segregação*. Buscarei problematizar a ativação e a intensificação dos processos socioespaciais de periferização, espoliação e segregação na compreensão da produção do espaço na capital sul-mato-grossense, combinando-os em uma tríade a partir dos nexos de interseccionalidade extraídos das seções anteriores, com vista a elucidar as complexidades da cidade e do urbano circunscritas em um referencial territorial orientado – como os bairros Vila Nasser e Jardim Noroeste, mencionados anteriormente, não como ponto de chegada, mas como ponto de partida à problemática do espaço a partir de uma abordagem interseccional.

Se as leituras do espaço e as propostas de construção e intervenção espaciais têm, ao longo da história, invisibilizado sujeitos e a simultaneidade de suas existências, oprimindo gêneros, raças, classes e sexualidades, perpetuando relações heteropatriarcais, coloniais e capitalistas que se reproduzem desde o domínio dos corpos até a expropriação de territórios, a abordagem interseccional busca reaver o debate sobre a cidade e o urbano no sentido de reposicionar a história dos sujeitos e os sujeitos na história. A compreensão da produção do espaço a partir de uma abordagem interseccional contribui para além de uma mudança nos discursos sobre a cidade e interpretações das realidades urbanas, mas é também potência para novas apropriações e produções de espacialidades – novamente o urbano como possibilidade!

Interseccionalidade é um termo cunhado por Crenshaw (2002), para quem há sistemas discriminatórios (racismo, patriarcalismo, opressão de classe etc.) que se sobrepõem ou se entrecruzam, criando intersecções complexas que atingem sujeitos marginalizados, especialmente mulheres. A intersecção das opressões é o caminho para reconhecer que tais sujeitos estão em situação maior de vulnerabilidade. A contribuição de Crenshaw tem inspirado diversos grupos e movimentos sociais, de ativistas, juristas e políticos à acadêmicos do pensamento social crítico. No Brasil, o movimento feminista negro tem protagonizado importante papel na divulgação e na apropriação do termo. Essa seção não pretende discutir a interseccionalidade em si, mas a sua potência para a análise espacial a partir das evidências de periferização, espoliação e segregação em Campo Grande.

A problemática, então, é: como a intersecção pode contribuir para a compreensão da produção do espaço uma vez que é reveladora das contradições transcendentais não resolvidas,

apenas deslocadas, no movimento de realização das formações sociais capitalistas, especialmente, no que se refere à realidade urbana?

No esforço de resposta à essa questão, vislumbro que a análise espacial por meio de tríades, combinadas por processos, fenômenos, condições e experiências socioespaciais amplia o debate no âmbito de sua complexidade e fomenta mecanismos de superação cada vez mais pujantes. Minha contribuição sugere que combinando tríades analíticas, na interface com a abordagem interseccional, pode-se chegar à compreensão do movimento da produção do espaço e encontrar elementos de constrangimento e superação das contradições transcendentais ao capital, porém muito mais aprofundadas por suas dinâmicas e lógicas.

Nessa perspectiva, Campo Grande se revela na forma urbana da fragmentação, com função expropriativa na reprodução social e sob uma estrutura hierarquizada no valor de troca e na propriedade. Estas, forma, função e estrutura, quando compreendidos a partir dos nexos de interseccionalidade, contribuem para ampliar a análise dos processos socioespaciais de periferização, espoliação e segregação, especialmente considerando os bairros Vila Nasser e Jardim Noroeste (Figura 2).

Figura 2 – Campo Grande: assentamento Indígena Estrela do Amanhã no Bairro Jardim Noroeste (2020). Segundo Batistoti e Latosinski (2019), o assentamento data de 2011 e é composto por três etnias: Terena, Guarani e Kaiowa. Atualmente, são 48 barracos erguidos ao lado da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, construída a partir dos movimentos indígenas por melhorias nas políticas públicas habitacionais em Campo Grande, entre os anos 2003 e 2007.



Crédito: autora.

Não vou recontar a construção do conceito de periferia nos estudos urbanos, vou tomar a periferização como um processo que se inicia antes da sua conceituação e teorização. Não

vou apresentar entendimentos inéditos às noções de espoliação e de segregação, vou reconhecer a espacialização de suas abstrações que permitem-nos identificá-las como processos. Não vou teorizar o pensamento triádico, vou tomá-lo como método analítico da problemática do espaço no que se refere a possibilidade de avançar em inventários e propor a compreensão da produção do espaço, seu movimento e seus momentos de realização e, assim, reconhecer rupturas e desvendar as continuidades que, oriundas de espaço-tempos históricos, coexistem no processo de reprodução das relações sociais e, sob a potência de uma abordagem interseccional, reconhecem e reivindicam o lugar dos sujeitos na cidade.

Em Campo Grande, cada elemento combinado na análise tende a sobressair como prática espacial no processo de produção da cidade e da reprodução das relações sociais, não só revelando os marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade), mas os interseccionando. Quero dizer que em cada momento do real, o movimento de sua realização não só incorpora novas possibilidades contraditórias como também amadurece relações já desenvolvidas na determinação histórica de uma fase anterior, ou seja, a intersecção não isola marcadores sob o prisma analítico de processos, fenômenos, condições ou experiências, e sim reconstrói a confluência desses na reprodução socioespacial dos sujeitos.

Dessa forma, entendo que a abordagem interseccional potencializa a combinação de elementos analíticos triádicos não só mediante os marcadores sociais, mas, singularmente, no que se refere aos marcadores espaciais – não só sobre o sítio sensível da cidade (a cidade é / espaço absoluto), como também sobre suas determinações percebidas e concebidas (o pensamento sobre como é a cidade / espaço abstrato) e sobre suas contradições (a cidade concreta / espaço social).

Tomemos a tríade periferização-espoliação-segregação. A **periferização**, entendida como o processo que homogeneiza a produção da periferia como um produto das relações sociais que assume uma dimensão espacial (CORRÊA, 1986), materializa a condição periférica dos sujeitos e de seus corpos na cidade. Nesse sentido, a periferização como prática espacial funda-se como negação da própria cidade, ou seja, um processo que produz a forma urbana periferia, quase como o avesso da forma urbana cidade, o seu outro simultâneo.

Temos em Mautner (2004) a interpretação de que a periferia urbana, como uma fronteira de expansão do capital, é produto social “pronto para ser incorporado à cidade” (MAUTNER, 2004, p. 252), reiterando todas as contradições transcendentais e retroalimentadas de opressão,

dominação e exploração. A periferia, antes negação da cidade, passa a ser a ela incorporada, seja pelas dinâmicas expropriativas da propriedade da terra, seja pelas demandas especulativas geradas pela manutenção e valorização dela. A periferia incorporada ainda é a negação da cidade, mas também a sua realização.

À periferização justapõe-se o processo de **espoliação**. No entendimento de Kowarick (2000), o processo de espoliação urbana acentua os conflitos entre os agentes produtores do espaço urbano, especialmente no que tange aos interesses de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho necessária ao processo produtivo. A periferia torna-se um produto social e uma prática espacial das lutas sociais na cidade mediada pelo papel do Estado. Se retornarmos nossa atenção à imagem anterior (Figura 2) conseguiremos identificar o processo espoliativo a que se refere o autor:

[...] espoliação urbana: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que justamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2000, p. 22).

É importante pontuar que o autor tem um referencial de urbanização marcado em um tempo-espaço específicos: o urbano-industrial e as lutas sociais urbanas em bairros operários e periféricos da Grande São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, o que desejamos enfatizar é a definição que congrega a cidade e o espaço urbano como possibilidades da existência coletiva e a sua negação. Não basta estar na cidade, é preciso apropriar-se dela, sob pena de não se conseguir sobreviver nela, mesmo contribuindo para sua produção, dinâmica e diversidade.

Aos processos de periferização e espoliação justapõe-se a **segregação**. O processo de segregação aprofunda o estranhamento e censura a aproximação das diferenças ao passo que as acentua. Temos o processo de segregação como a legitimação das diferenças e, também, como sua ocultação. Nesse sentido, a segregação torna-se a renegação da vida urbana; pois esta compreende a celebração da diferença, e aquela a constatação do isolamento das possibilidades diferenciais. Para além de uma diferenciação dos locais de residência das classes sociais, a segregação constitui-se um produto social e um marcador espacial da reprodução das diferenças ao mesmo tempo que potencializa a homogeneização da condição periférica dos sujeitos.

A partir de Villaça (2011), é possível inferir que a segregação é o desnível espacial da desigualdade. A desigualdade não é tema desse trabalho, porém percebe-se, a partir da

combinação da tríade proposta, os vínculos socioespaciais que a mantêm e a aprofundam no tempo e no espaço. O autor desvenda a desigualdade a partir da relação entre a dominação do tempo de deslocamento no espaço urbano e a distribuição da população e seus locais de trabalho, consumo e lazer na cidade. Villaça conclui que a segregação é um mecanismo espacial de controle do tempo de deslocamentos, logo de dominação e expropriação de determinados grupos sobre outros. O autor ainda acrescenta que a “segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos” (VILLAÇA, 2011, p. 56).

É a conclusão de Villaça que me permite retomar o debate aberto no item anterior deste trabalho e inferir que, a despeito das iniciativas de normatização dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, que buscam corrigir distorções dos ônus e bônus da urbanização e constranger a especulação da valorização da terra (OODC, por exemplo), ocupações indígenas em assentamentos urbanos de Campo Grande ou mesmo em aldeias urbanas formalizadas pela ação do poder público não estão contribuindo para barrar a condição periférica historicamente reproduzida na realização da cidade e do urbano no território de Mato Grosso do Sul. Há indícios de que o ônus da urbanização que contribui para continuidade e intensificação de processos socioespaciais perversos e discriminatórios - como a periferização, a espoliação e a segregação – esteja sendo deixado a cargo de grupos já atravessados por diversos sistemas de dominação.

Nos bairros Vila Nasser e Jardim Noroeste, além do esforço analítico a partir da tríade de processos socioespaciais que destaquei acima, a abordagem interseccional permite vislumbrar, fora da superfície, o espaço dos sujeitos e os sujeitos no espaço, evitando generalizações interpretativas sobre a cidade de Campo Grande. Um *mergulho interesseiro* nesses bairros permite aprofundar a problemática urbana de Campo Grande a partir do releitura espacial do lugar dos não-normativos (o sujeito não-neutro) na cidade, os preteridos à clandestinidade: as populações indígenas, pretas e pardas e pobres. Não só para denunciar processos espoliativos, escancarar a fragmentação manifesta pela segregação, mas também para reconhecer os sujeitos periferizados e reivindicar sua visibilidade e protagonismo nas políticas urbanas – uma chance de apresentar ao planejamento urbano possibilidades de rompimento com as lógicas normativas (tanto do território, quanto dos corpos) para que a produção da cidade comece a fazer sentido como direito.

Campo Grande possui na sua composição populacional urbana a segunda maior concentração indígena do Centro-Oeste, com 5.657 cidadãos⁵. As comunidades indígenas foram atravessadas pela marcha colonizadora e pioneirista que, fincando as bandeiras da modernização do espaço, sequestrou os sentidos da diferença. Postulado desse ideal civilizatório, fundaram-se cidades e organizaram-se espaços funcionais à sua lógica. Campo Grande é produto, meio e condição dessa realização histórica, onde populações indígenas estão capturadas pela periferação, submetidas à espoliação urbana e segregadas territorialmente por não se encaixarem na normatização urbana fundada na modernidade. Resistir e lutar pelo território ancestral é também parte da luta pelo direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração socioespacial de Campo Grande tem contribuído para uma homogeneização da condição periférica e para a hierarquização do espaço, ampliando a fragmentação da cidade. Esses são atributos da urbanização brasileira: o reforço das desigualdades históricas e a ampliação da fragmentação territorial. Mas não só isto (que não é pouco!). A proposta aqui foi, então, a seguinte: apresentar os processos socioespaciais de periferação, espoliação e segregação em um quadro analítico específico e problematizá-los como potência interpretativa da dinâmica de produção do espaço urbano a partir de uma abordagem interseccional que não isola marcadores sob o prisma analítico de processos, fenômenos, condições ou experiências, e sim reconstrói a confluência desses com a espacialidade dos sujeitos.

Mulheres indígenas ficam com o ônus da urbanização incompleta que as territorializam em bairros precários condicionando sua existência e de suas famílias no limite das espoliações e da resistência, como é o caso das famílias indígenas assentadas no bairro Jardim Noroeste. Populações negras lutam pelo reconhecido de participação e protagonismo na história de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, como é o caso da Comunidade Tia Eva e do Quilombo Furnas do Dionísio. Populações pobres são reconduzidas para outros territórios urbanos por meio de políticas habitacionais controversas; pois, no Brasil, os salários não cobrem os gastos com habitação, seja porque os trabalhadores estão sem salário devido ao desemprego ou à

⁵ Conforme dados do último censo do IBGE (2010) sem estimativas atualizadas.

informalidade, seja porque a maneira como o poder público enfrenta o problema da habitação é reforçando a espoliação e a exploração, como é o caso dos moradores do bairro Vila Nasser.

Percorrer, a partir de uma abordagem interseccional, o movimento socioespacial que conformou e transfigura a realidade urbana de Campo Grande é como se juntar ao coro e compor novas estrofes para o canto da cidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB: Campo Grande, 2020.

BATISTOTI, A. F. LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **RUA** [online]. v. 25, n. 1, p. 329-355, junho/2019.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. **GEOSUL**, N. 2, p 70-78, julho. 1986.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.

DONZELOT, J. La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification. **Esprit**, N. 3, mars. 2004.

FERNANDES, A. Na favela que mudou para meio do nada, morador se sente esquecido. **Campo Grande News**, 2016. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/na-favela-que-mudou-para-meio-do-nada-morador-se-sente-esquecido>>. Acesso: 12/08/2021.

GOMES, I. R. P. CALIXTO, M. J. M. Notas sobre o quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul, **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, n. 22, ano 12, pp. 156-177, Novembro/2015.

HÁ SEIS ANOS À ESPERA DE MORADIA, ÍNDIOS VIVEM EM ‘FAVELA-ALDEIA’ NA CAPITAL. **Midiamax UOL**, 2016. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2016/ha-seis-anos-a-espera-de-moradia-indios-vivem-em-favela-aldeia-na-capital>>. Acesso em: 17/08/2021.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

LEOPOLDO, E. A metropolização regional e a nova regionalização do capital. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 85-102, jan/abr 2020.

MACHADO, P. C. **Pelas ruas de Campo Grande**: a Rua Velha. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

MARIO, J. Audiência discute projeto para aplicar outorga do direito de construir. **Campo Grande News**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/politica/audiencia-discute-projeto-para-aplicar-outorga-do-direito-de-construir>>. Acesso em: 28/06/2020.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: SCHIFER, Sueli Terezinha Ramos; DEÁK, Csaba (Org). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 245-260.

MOURA, R. **Metrópoles e cidades de fronteira**: o que as torna inseparáveis? In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RIDEAL, 8, 2019, São Paulo. Anais do IX Seminário Internacional de Rideal. Rio de Janeiro: RIDEAL, 2019. p. 1-19.

OLIVEIRA NETO, A. F. MARTINS JÚNIOR, C. Da vila de uma rua só à metrópole regional: o processo de estruturação urbana de Campo Grande. In: CALIXTO, M. J. M. MORENO, B. B. BERNARDELLI, M. L. F. **O urbano em Mato Grosso do Sul**: abordagens e leituras. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana** – PDTMU, 2015.

RANKING CONNECTED SMART CITIES. São Paulo: Urban Systems, 2020. Disponível em: <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>. Acesso em 30/04/2022.

RODRIGUES, N. Sete bois para cada habitante: mesmo em queda, rebanho de MS ainda impressiona. **Campo Grande News**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/sete-bois-para-cada-habitante-mesmo-em-queda-rebanho-de-ms-ainda-impressiona>>. Acesso em 09/08/2021.

SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira e Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, p. 169-187, maio. 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2009 [1993].

SANTOS, Y. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. **Almanack**, N. 24, ed00519, 2020.

SILVÉRIO, V. Uma releitura do “lugar do negro e dos “lugares da gente negra” nas cidades. In: BARONE, A; RIOS, F. (Org). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018, p. 23-48.

UZUN, A. C. S. MS registra o 2º maior crescimento de produção de grãos do País, aponta a Conab. **Portal do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/ms-registra-o-2o-maior-crescimento-de-producao-de-graos-do-pais-aponta-a-conab/>>. Acesso em: 09/08/2021.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 71, p. 37-58, 2002.